



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

PAUTA DA 40ª REUNIÃO DA CTCONF

MAIO/2026

Reunião presencial – 12 e 13 de maio de 2026

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA.

Dario Carnevalli Durigan.

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

Rogério Ceron de Oliveira.

SECRETÁRIO DO TESOUREO NACIONAL.

Daniel Cardoso Leal.

SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento.

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO.

Alex Fabiane Teixeira.

COORDENADORA DE NORMAS CONTÁBEIS E FISCAIS DA FEDERAÇÃO.

Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa.

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO FISCAL.

Ana Karolina Almeida Dias.

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.

Washington Nunes Leite Júnior.

COORDENADOR DE TRANSPARÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS DA FEDERAÇÃO

Leandro Moreira Souto.

CHEFE DO NÚCLEO DE TAXONOMIA DAS CONTAS PÚBLICAS.

Dênis de Queiroz Braz.

CHEFE DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DA FEDERAÇÃO.

Eric Gonçalves.

Fone: (61) 3412-3804

Correio Eletrônico: cconf@tesouro.gov.br

Página Eletrônica: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>

Siconfi: www.siconfi.tesouro.gov.br

Pauta CTCNF

Data: 12 e 13 de maio de 2026, das 9h às 17h.

Local: Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB).

Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul, trecho 2, conjunto 63, lote 50, piso 4, salas 412, 413 e 414 - Asa Sul, Brasília - DF.

Abertura

Secretário de Tesouro Nacional

Subsecretário de Contabilidade Pública

Coordenador da Equipe de Gestão Financeira no Brasil do Banco Mundial

Item 1 – Informes Gerais.

12/5/2026

Andamentos dos Acordos de Cooperação ente STN, IRB e Atricon.

Informação Complementar Emendas Parlamentares - EP

Alteração nas Fontes de Recursos quem combinam com os COs 1071 e 1072

Conversa com CNJ sobre precatórios, depósitos judiciais e Siafics únicos

Reunião IPSASB 2026

Item 2 – Classificação COFOG

12/5/2026

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivo

Apresentar avanços nos estudos para a nova classificação funcional, para que os entes e órgãos da União possam avaliar e contribuir.

Contextualização

A Classificação das Funções de Governo (COFOG) é um sistema internacionalmente reconhecido para organizar a despesa pública por função (educação, saúde, defesa, proteção social etc.), promovendo transparência, padronização e comparabilidade entre países. Na reunião da CTCNF realizada em outubro de 2025, foi apresentado o resultado da pesquisa de percepção dos membros da Câmara Técnica de Padronização de Procedimentos Contábeis e Fiscais (CTCONF) sobre os desafios e oportunidades na implementação da Classificação COFOG ao contexto brasileiro.

Ação esperada dos membros

Avaliar os estudos e contribuir com as discussões.

Item 3 – MCASP - 12ª edição – Parte Geral e Atualização do PIPCP

12/5/2026

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivo

Pauta da 40ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica – CTCNF – maio/2026.

Apresentar a atualização da Parte Geral do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público com base na nova Estrutura Conceitual (EC).

Contextualização

Aprovação da 1ª revisão da NBC TSP Estrutura Conceitual pelo CPCASP/CFC, conforme publicação no DOU de 07/04/2026, Edição: 65, Seção: 1, Página: 199.

Ação esperada dos membros

Conhecer as alterações.

Item 4 – Impactos Contábeis e Fiscais da Reforma Tributária

12/5/2026

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivo

Apresentação das propostas para tratamento contábil e fiscal para o Comitê Gestor do IBS (CGIBS). As propostas tratam do roteiro contábil das contas de controle e dos demonstrativos a serem utilizados pelo Comitê Gestor, além da definição sobre o envio dos dados ao Siconfi pelo Comitê Gestor.

Contextualização

A proposta atual referente às contas de controle do CGIBS representa um aprimoramento da proposta apresentadas na reunião da CTCONE realizada em outubro de 2025, tendo em vista as discussões e o aprofundamento sobre o tema pelo subgrupo responsável pelas definições. Na última reunião, foram apresentadas e aprovadas também propostas de criação de novas contas contábeis e códigos de natureza da receita e de fontes de recursos para utilização pelos entes da Federação, nas transações que envolvem o IBS.

Ação esperada dos membros

Analisar e decidir sobre a aprovação das propostas.

Item 5 – Projeto Estratégico – IA no Siconfi e página de visualização de dados

12/5/2026 –

Deliberação

Discussão

Informação

Objetivo

Apresentar o projeto estratégico que está em desenvolvimento.

Contextualização

O projeto está em desenvolvimento e deve ter suas primeiras versões disponibilizadas para acesso público em junho/2026. Serão apresentados quais produtos que serão disponibilizados tanto na primeira versão quanto o que se planeja para versões futuras.

Ação esperada dos membros

Conhecer o projeto, compartilhar primeiras impressões e sugestões.

Item 6 – Relatório Financeiro de Sustentabilidade

13/5/2026 –
Deliberação
Discussão
Informação

Objetivo

Apresentar as premissas da proposta para a elaboração do Relatório Financeiro de Sustentabilidade

Contextualização

O Relatório Financeiro de Sustentabilidade é um instrumento de transparência que integra informações financeiras tradicionais com dados relacionados a aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG). Seu objetivo é demonstrar como fatores de sustentabilidade impactam a geração de valor no curto, médio e longo prazo, permitindo que investidores, gestores públicos e privados, órgãos de controle e a sociedade compreendam melhor os riscos e oportunidades associados ao desenvolvimento sustentável (ODS). Esse tipo de relatório possui entre as suas premissas padrões internacionais — como os estabelecidos pelo ISSB (IFRS S1 e S2), pela União Europeia (ESRS/CSRD) ou pelo IPSASB para o setor público através da IPSAS SRS 1— além de buscar alinhar a crescente demanda por responsabilidade socioambiental, fortalecendo a *accountability*, a tomada de decisão e a confiança nas instituições. Nesse contexto, as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais realizadas para alcançar os ODS devem ser demonstradas e comporem o Relatório Financeiro de Sustentabilidade.

Ação esperada dos membros

Avaliar a proposta e contribuir com sugestões de aprimoramento.

Item 7 – MCASP - 12ª edição – Parte 3 (Benefícios Pós Emprego) e Atualização da IPC 14

13/5/2026 –
Deliberação
Discussão
Informação

Objetivo

Apresentar proposta de atualização do capítulo de Benefícios Pós Emprego da Parte III do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, bem como da IPC 14 – RPPS, com base nas discussões ocorridas no GT3 do Acordo de Cooperação entre STN, IRB e Atricon.

Contextualização

Necessidade de melhoria dos procedimentos contábeis para fins de obtenção de informação contábil com a qualidade suficiente e adequada, a fim de determinar a real a posição patrimonial dos entes da Federação quanto aos RPPS pelos quais são responsáveis.

Ação esperada dos membros

Avaliar a proposta e contribuir com sugestões de aprimoramento do projeto.

Item 8 – Atualizações na 15ª e na 16ª Edição do MDF

13/5/2026 –
Deliberação
Discussão

Objetivo

Apresentação da proposta para atualização da 15ª e da 16ª edição do Manual de Demonstrativos fiscais para deliberação pelos membros.

Contextualização

A 15ª edição do MDF, vigente em 2026, foi atualizada para incorporar alterações no Anexo 8 do RREO – Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE trazidas pela emenda Constitucional nº 135, que estabeleceu destinação de parte dos recursos do Fundeb ao ensino em tempo integral, e os demonstrativos fiscais do Comitê gestor do IBS.

A 16ª edição do MDF, com vigência para o exercício de 2027, incorporou as alterações realizadas na LRF pela Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, sobre concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia.

Ação esperada dos membros

Analisar e decidir sobre a aprovação da proposta.

Item 9 – Encaminhamentos da reunião e encerramento.